



## POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA O ESPAÇO URBANO E USOS SOCIAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS EM CURUÇÁ-PA.

Sthefane Micaela Carvalho de Sousa <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Ao tratar do Município de Curuçá-PA se compreende a importância dos bens de preservação do espaço urbano, levando em consideração suas características históricas e representativas ao decorrer do tempo. Este conceito não só presenciou significativas transformações, como também passou a ser associado a diferentes terminologias como as de patrimônio histórico, artístico, cultural, ambiental revelando variados rumos que as ações de preservação têm tomado (NIGRO,2010). A cidade de Curuçá-PA como os diversos municípios da região nordeste paraense, em que as primeiras formas de ocupação se deram a partir dos rios, com a presença de fortificações militares e ordens religiosas. A perspectiva cultural da geografia nem sempre foi fundamentada em uma concepção que identificasse e aprovasse as interações entre o homem e o espaço e suas marcas na paisagem enquanto manifestações culturais, sobre as várias manifestações e a diversidade cultural na cidade e no Urbano. No âmbito das discussões geográficas, tanto a Geografia Urbana quanto a Geografia Cultural, mesmo que recentes, os estudos patrimoniais (material e imaterial) vêm analisando, com muita propriedade, de que forma os mesmos tem-se configurado nas cidades – organização e apropriação do espaço – e sobre o processo (muitas vezes conflituosos) da escolha desses patrimônios, a sua preservação (inclui-se também o restauro) e os seus usos econômicos, sociais e políticos, a patrimonialização na importância do registro e preservação do patrimônio, diversas nuances permeiam esse espaço tratando-se principalmente de uma pequena cidade amazônica. Diante dessa perspectiva a educação patrimonial a ser trabalhada é posta como um elemento que possibilita reforçar uma identidade além de cultural, mas sobretudo, espacial. Por fim o viés como parte importante por qual a pesquisa se debruça, a análise e criação dos inventários participativos na construção e preservação da diversidade patrimonial existente no município de Curuçá afim de que maneira coletiva as bases desses patrimônios sejam pensadas para além da lei de

---

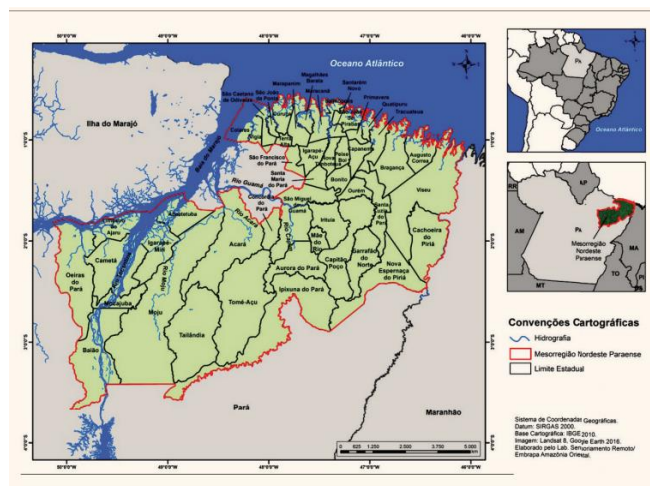
<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA), Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo da Faculdade de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GGEOTUR) E-mail: [micaelasousageo@gmail.com](mailto:micaelasousageo@gmail.com) ;

tombamento, mas levando em consideração o sentimento de pertença, símbolos e a afetividade, o inventário participativo é uma ferramenta constituída dentro do campo do patrimônio cultural e da museologia social. A pesquisa se tornará relevante de uma maneira geral, pois as abordagens do registro por inventários são novas na perspectiva da definição de patrimônio. A necessidade de trazer o olhar geográfico, para analisar a diversidade patrimonial se faz presente em Curuçá, pois a abordagem espacial possibilita uma leitura sobre a totalidade do objeto (SANTOS, 2014). Pensando em uma educação patrimonial que é necessária no que tange ao levar os diversos atores as compreensões desse espaço e sua importância no cenário atual, provocar 3 situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem em todos os interesses, resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O papel dos Inventários Participativos é de registrar esse patrimônio cultural, e mais importante que isso é que, a autoria, inicialmente, é da própria sociedade. A democratização das ações e dos saberes é uma semente que sempre precisará ser regada, pois a identidade cultural de um coletivo necessita ser estudada, pesquisada, identificada e registrada, para que não desapareçam e sejam discutidas e rememoradas ao longo da história. (SILVA,2020) Partindo desses apontamentos sobre a diversidade patrimonial tem se o seguinte questionamento principal: Como ocorre a produção do espaço urbano pelo processo de patrimonialização na cidade de Curuçá-PA? A pesquisa se encaminhará pela abordagem teórica sobre o patrimônio e suas divisões que podem ser encontradas na cidade de Curuçá, seguindo em foco na produção do espaço Urbano para compreender os processos históricos e espaciais, compreensão da cidade e urbano que configura a realidade atual e por fim, a importância da educação patrimonial como parte da preservação e valorização do patrimônio.

*Palavras-chave: : Espaço Urbano; Patrimônio cultural; educação patrimonial; preservação*

## PATRIMÔNIO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O Município de Curuçá e a Região Nordeste paraense, em sua ocupação, remontam ao final do século XVII e estão relacionadas com a presença dos missionários da Companhia de Jesus, em 1613 (TAVARES, 2008). Nessa região, os padres jesuítas fixaram um centro de evangelização como parte do projeto colonizador dos povos europeus na Amazônia, organizando os primeiros aldeamentos, para garantir o domínio português na região, inclusive para a obtenção de aliados nas lutas contra possíveis invasores estrangeiros (FURTADO, 1978). Como os diversos municípios da região nordeste paraense, em que as primeiras formas de ocupação se deram a partir dos rios, com a presença de fortificações militares e ordens religiosas como a maioria das cidades deixando claro um colonialismo com gênese cultural. O município de Curuçá está localizado cerca de 130 km da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com um território de, aproximadamente, 672,61 Km<sup>2</sup>, com uma população de 34.294 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).



Fonte: IBGE,2010. Elaboração: Sandra Sampaio

Nesse sentido, o espaço urbano quanto a construção e a preservação do patrimônio cultural se analisa como:

O patrimônio cultural compõe o espaço urbano manifestando seus traços históricos e a história das relações sociais. A preservação do patrimônio cultural contribui para o reconhecimento identitário do indivíduo – colabora para a integração deste com a própria sociedade – e possibilita o conhecimento cultural de um determinado lugar. (BURDA e MONASTIRSKY apud FIGUEIREDO, pag.57.2013)

Sendo, assim podemos analisar que a ideia do patrimônio cultural não é mais do que por muitas vezes a memória de nós mesmos e por esse mesmo motivos se tornam referenciais sociais que podem se reproduzir no espaço, na história e também na sua própria existência, um bem pode existir pelo fato de que a individualidade queira que exista, que usa e que estabelece uma função. Cruz (2012,p.101) acentua que no que tange ao patrimônio cultural em sua base material que se insere em contextos urbanos, onde se encontra diga-se de passagem a maior parte das impressões passadas basea-se em relações de interesse no inventariado e também no tombamento<sup>2</sup>.

Diante disso, a relação do patrimônio e a produção do espaço urbano não se configura em uma relação singular ao cultural e raízes de memória, transporta a ideia do valor de uso e só mantém sua existência se tiver uma função econômica e por diversas vezes o registro, as revitalizações e valorização se definem a partir das questões de interesse do capital, do Estado e dos órgãos intitucionalizados. O espaço urbano e sua formação são objetos de estudo da geografia, que aborda a constante reconfiguração do espaço total, social, e seus diversos recortes. A criação de novas necessidades e possibilidades no mundo do urbano, aliados à modernização da economia e da cultura, faz com que o direito à cidade seja um dos temas fundamentais em constante discussão. Porém, essas novas demandas devem estar aliadas à preservação, porque a sociedade urbana não deixa de ser resultada de construções passadas, não as devendo subestimar e sim a elas se complementarem. A respeito ao espaço social, onde este não deve ser visto como espaço absoluto, muito menos como criação da sociedade e nem ter fins políticos, para ele “o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção” (LEFÉBVRE, 1976, p. 27).

<sup>2</sup> O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados

O município apresenta diversas formas de patrimônio aqui definidas entre a materialidade e imaterialidade, que está ligado a diversas formas de convívio com o patrimônio buscando identificar as bases e seus usos na cidade, sendo possível compreender que o morador, aquele que nasceu e cresceu nesse espaço, que participou das expressões culturais e populares existentes no município desde o início da sua vida onde começa a produzir essas identidades socioespaciais que o torna ainda mais específico e concluindo que a finalidade desse espaço e que deveriam atender a interesses da sociedade como um todo, criando assim uma dinâmica cultural capaz de criar funcionalidades para o patrimônio, como as igrejas no centro da Praça, o mercado a beira do rio que não só fazem parte de um processo histórico mas do dia-dia do morador.

Praça Coronel Horácio antigo Largo do Rosário construída em 1890 tombada pela Lei Municipal nº1931 de 31.10.2007



Fonte: Grupo de Estudo Paisagem e Planejamento Ambiental (GPAM-UFPA),2017.

Nesse sentido retomamos um reflexão importante, trazidas em uma relação entre o rural e Urbano que interfere diretamente em uma relação patrimonial em uma cidade da Amazônia que considerando a compreensão do urbano enquanto processo que se forma e se constitui no contexto da urbanização da sociedade, Lefebvre (2006 apud RODRIGUES et al, p.262) sugere que devemos pensar o rural e o urbano como processos relacionais, que se interpenetram, encontrando-se articulados, à medida em que o rural constitui momento de formação histórica da sociedade, encontrando-se imerso como parte do urbano, este último compreendido como totalidade em totalização.

#### OS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS: A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A concepção de educação para a preservação do patrimônio, assim como a própria noção de patrimônio cultural, também passou por diversas mudanças e revisões ao longo do tempo sendo que, atualmente, a Coordenação de Educação Patrimonial do IPHAN (Ceduc), por meio de diversos encontros e debates realizados com diversos profissionais da área, instituiu este conceito: (...) a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como

foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p.19).

A democratização das ações e dos saberes é uma semente que sempre precisará ser regada, pois a identidade cultural de um coletivo necessita ser estudada, pesquisada, identificada e registrada, para que não desapareçam e sejam discutidas e rememoradas ao longo da história. (SILVA,2020) sendo uma importante ferramenta para a valorização do registro e do patrimônio local. A partir do ano de 2000, é criado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) que contempla a modalidade dos inventários como forma de registro do patrimônio. Com as suas transformações ao passar do tempo, um dos tipos que mais democratizou o acesso do patrimônio cultural à sociedade foi o Inventário Participativo, onde a própria comunidade toma a iniciativa de identificar e registrar suas referências culturais. (SILVA 2020).

Portanto, a pesquisa aborda como esse novo tipo de instrumento cultural aproxima e quebra barreiras entre a sociedade civil e o Estado, unindo-se no benefício da preservação do patrimônio cultural nacional. Sendo assim, no âmbito das políticas voltadas à preservação do patrimônio, a Educação Patrimonial tem ganhado destaque nas últimas décadas por promover a interação entre os campos da Educação e do Patrimônio Cultural. Reconhecida atualmente como um campo autônomo de atuação, as atividades educativas voltadas ao campo do patrimônio, concebidas enquanto um processo transversal nas práticas preservacionistas institucionais, podem tornar-se um instrumento de reconhecimento e valorização de referências culturais, de forma coletiva e democrática.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação Patrimonial como um processo sistemático e contínuo por onde indivíduos são capazes de se apropriar de seus bens culturais e entender a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural, desencadeando, assim, o estímulo de identidades coletivas e individuais. Relacionando as ações desenvolvidas pelas associações e pelo IPHAN, entendemos Educação Patrimonial como um mecanismo possível de preservação do patrimônio. Suas abordagens são potencialidades ao desenvolvimento das ações educativas em vários lugares, como museus, sobre um monumento, sobre uma festa, num centro cultural, na rua, e em contextos diferentes, nos centros comerciais, nas periferias das cidades, sobre um determinado momento histórico, à luz de uma disciplina etc., tanto por meio de políticas públicas quanto pelos sujeitos sociais. E por fim, a Educação Patrimonial como um mecanismo de preservação do patrimônio em CURUÇÁ, é, portanto, uma direção possível que compreende o sentido do patrimônio partindo da comunidade que o tem como representativo alcançando as esferas públicas, onde a discussão patrimonial se amplia na forma de políticas públicas

efetivas que consideram a cidadania e o direito ao patrimônio, bem como a memória, como formas de transformação social. As reflexões expostas são tanto para a permanência da identidade e memória quanto para a valorização do patrimônio, não deixando, assim, que se perca o sentido de identidade, cultura e memória daquilo que se escolheu, em algum momento, preservar.

## REFERÊNCIAS

- BURDA, Naomi Anaue; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba: v.3, n.1, p. 115-123, jan./jun. 2011
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.\_\_\_\_\_. O consumo do espaço. In: \_\_\_\_ (Org.). Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, p. 173-1786, 2013
- CHOAY, F. Alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- CRUZ, Rita Ariza. Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo “patrimônio cultural” e produção do espaço. São Paulo: Revista:GEOUSP, 2012.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Educação patrimonial:histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Moraes, 1991.
- \_\_\_\_\_.Espacio y política. Barcelona: Península,1976
- PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. Turismo de base comunitária–diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, p. 162-176, 2009.
- RODRIGUES, J. C; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia: reflexões a partir de Ananindeua. In: Revista NERA, Presidente Prodent. ano 21, n. 42, pp. 256-280.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec,2002.
- SILVA, Emanuely Mylena Velozo. A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural. Revista Discente Ofícios de Clio, v. 5, n. 8, p. 201, 2020.
- SCIFONI, S. (2012). Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba.
- TAVARES, Maria Goretti. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. Acta Geográfica, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2010.
- ZANATTA, Beatriz Aparecida. A Abordagem Cultural na Geografia. Temporais (ação) (UEG), v.1, p. 249-262, 2008. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 201